

O MEIO AMBIENTE URBANO E O DISCURSO ECOLÓGICO*

Ana Fani Alessadre Carlos**

1. INTRODUÇÃO

Será que se pode afirmar que, hoje, o mundo toma consciência de si através da questão ecológica enquanto alerta à destruição da natureza?

Faz-se, inicialmente necessário, refletir sobre o conteúdo do discurso ecológico e seu cunho ideológico que produz uma representação das coisas e das relações humanas. Em primeiro lugar, pode-se afirmar que o discurso ecológico naturaliza os fenômenos sociais. A partir da apologia da natureza vem colocando a humanidade em segundo plano de modo que o virtual, as possibilidades de transformação da sociedade passe a estar fora do homem e do humano.

No caso do meio ambiente urbano, o discurso ecológico afasta-se da questão central posta pelo desenvolvimento da sociedade urbana – a crise urbana – inventando o anti-urbano, criando a cidade desumana. Com isso perde-se o sentido da obra do homem.

O problema que esta posto é que o caminho seguido para a análise do meio ambiente urbano tem desprezado o espaço urbano enquanto produto do trabalho social do homem. Este perde a dimensão do produzido pela sociedade e para a sociedade enquanto manifestação da vida e de um modo de apropriação. O espaço urbano tem assim, uma existência concreta e real enquanto materialização do trabalho social, no entanto, aparece apenas em sua dimensão natural, enquanto natureza, que na verdade é o fundamento inicial a partir do qual o urbano se produz. Esse aspecto é importante na medida em que, abstraindo-se a dimensão da produção humana, toma-se a natureza como um lado absoluto eliminando-se o processo de constituição da própria humanidade do homem.

Ao longo do processo civilizatório, o homem se produz enquanto ser humano e social a partir de uma dupla relação: com a natureza de um lado, com os homens de outro. Deste modo, o meio ambiente urbano

deve ser analisado enquanto produto da história do homem no seu processo de constituição, transformando, suplantando ou mesmo acusando danos irreparáveis à natureza.

Outro aspecto fundamental é que no limite não podemos dizer que há hoje uma primeira natureza, pois mesmo nos mais remotos confins do planeta, este está sempre posto como virtualidade, como uso possível para a vida e para a expansão da sociedade em seus mais diferentes aspectos. Portanto, o espaço tem um sentido de finalidade: aquele da produção da vida humana.

Mas como a natureza transformada, por vezes ameaçada tem uma existência real, seja enquanto força-de-trabalho, ou consumida produtiva ou improdutivamente, ela se configura enquanto uma das dimensões do espaço urbano. Este não pode ser entendido nem analisado como receptáculo passivo da intervenção humana ou do planejamento urbano visando o crescimento harmonioso e equilibrado.

Cotidianamente, ao abrirmos os jornais ou ligarmos a TV, nos vimos em contato com temas ligados à depredação/ conservação da natureza. No discurso ecológico o homem aparece, sistematicamente, como o destruidor. "Na vida real a natureza foi ao longo dos tempos impiedosamente castigada pelos homens. Estuprada, Humilhada, Desprezada"¹ para citarmos um exemplo. As bandeiras do movimento ecológico – nada mais em moda – desfraldam-se em pró de uma necessidade urgente: preservar a natureza. Os empresários começam a incorporar a idéia de um "desenvolvimento sustentado" como uma necessidade imperiosa.

(*) Trabalho apresentado no 3º Encontro Nacional de Estudos sobre o Meio Ambiente, Londrina – 1991.

(**) Professor Assistente Doutor do Departamento de Geografia, da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

(1) "A Natureza é o Negócio da Década". In: Revista Exame. 10 de julho de 1991 - São Paulo.

Todavia, coloca-se de um lado como fundamental, uma reflexão crítica e aprofundada sobre o conteúdo ideológico desse discurso; por outro lado, cabe refletir sobre a natureza do conceito de meio ambiente.

O debate tem-nos remetido à secular relação homem-natureza, só que essa relação, tornou-se ao longo do processo civilizatório, extremamente complexa no sentido que tem caminhado para a abstração. Por outro lado, não se trata de um homem, ou de agrupamentos humanos, mas de uma sociedade cada vez mais diferenciada e desigual. Não se trata também de uma natureza exclusivamente natural, da natureza primeira, o uso possível coloca-se cada vez mais a dimensão da sociedade humana na perspectiva do produzido socialmente.

Na realidade, o discurso ecológico tem neutralizado o espaço e com isso negada sua existência. Na outra vertente, produz-se a idéia exteriorizada do homem: aquela de destruidor-depedrador. Com isso nega-se o mundo como produto social, histórico e o homem com sujeito consciente da obra. Negando-se a obra humana, nega-se o próprio homem enquanto ser que se constrói historicamente a partir de sua relação com a natureza. Em contrapartida cria-se a apologia da natureza e do natural.

A relação homem-natureza, na perspectiva histórica, coloca-nos diante de um duplo processo: **a naturalização do homem/humanização da natureza.** Artificialmente pensa-se hoje que a separação homem-natureza é um fato indiscutível. O que não passa de uma simplificação: É bem verdade que a sociedade supre suas necessidades a partir de produtos cada vez mais industrializados – objetos humanos, não mais imediatamente naturais, pois a natureza deixa de estar diretamente no cotidiano do homem. Mas, apesar desses bens terem contornos, formas e nomes diferenciados, estes não permaneceriam objetos da natureza? Como eliminar a natureza de uma ato banal de nosso cotidiano que é o de ligar o interruptor de luz, abrir a torneira ou o chuveiro? Por outro lado, a natureza biológica do homem, transformado, aparece sem cessar no conteúdo de vida humana. Escamoteia-se o fato de que a realidade humana tem um duplo aspecto: tudo é adquirido, produzido pelo trabalho social, mas por outro lado, tudo vem da natureza.

É preciso considerar que "a natureza só existe para o homem na medida em que esse homem se reconhece como ser histórico em consequência de uma relação teórica e prática com o universo imediato e sensível (...) o ser histórico tende a se sobrepor ao homem como ser natural quando a suas relações imediatamente naturais como a apropriação da água, do ar, da terra, são mediatizadas por relações sociais. Relações que se tornam cada vez mais complexas ao longo do processo que constrói o próprio Homem, e que constrói e reconstrói o mundo material como extensão de si mesmo, como ampliação da sua própria natureza orgânica. A relação homem-natureza tende pois historicamente para a abstração."²

2. ASPECTOS IDEOLÓGICOS

Enquanto produto e condição da reprodução da vida humana o espaço tornou-se o lugar principal das lutas e ações usando objetivos diferenciados. O espaço não é neutro. Pode-se depreender uma estratégia homogeneizante (apesar da multiplicidade das inter-relações) na perspectiva da história da produção do espaço humano que não ocorreu sem lutas e guerras sangrentas.

Pensa-se o espaço no nível mundial tanto do ponto de vista do mercado mundial (de capital, mão-de-obra e produtos) como das técnicas e da ciência. A preocupação ecológica coloca-se dentro dessa perspectiva. Quando aponta a poluição, o virtual esgotamento dos recursos, a destruição da natureza pensa o planeta como um todo.

Mas parece ingênuo afirmar que o homem é o depredador. Essa idéia apaga as referências históricas e as desigualdades que estão no interior do processo de constituição do espaço. "Um grupo, sua classe ou fração de classe só se constituem e se reconhecem enquanto sujeitos engendrando (produzindo) seu espaço. As idéias, representações, valores que não conseguem se inscrever no espaço engendrando-o, (produzindo) uma morfologia apropriada, dissecam-se em signos resolven-

(2) Odette Carvalho de Lima Scabra – Os Meandros dos Rios nos Meandros do Poder – o processo de valorização dos rios e das várzeas. Tese de Doutorado. Departamento de Geografia – FFLCH – USP, São Paulo, 1987.

do-se em narrativa abstrata, transformando-se em fantasmas".³

O discurso ecológico tem substituído o espaço concreto da prática social do vivido, aquele do habitar no sentido amplo (percursos, encontros, gestos, símbolos, signos, conflitos) pelo espaço abstrato – enfocando-se apenas o quadro morfológico e social segundo os interesses em jogo. Passa-se do vivido ao abstrato para projetar essa abstração no nível do vivido. Nesse sentido, a natureza vira signo, e torna-se estratégica e política. Basta vermos atentamente a atitude de uma parte significativa dos empresários brasileiros para sabermos que o que move seu comportamento no que se refere à preservação da natureza, é a realização do processo de valorização do capital "Um projeto suspeito de ferir a natureza dificilmente consegue levantar 10 ou 20 dólares em financiamentos industriais", afirma o presidente do Conselho de Administração da Vale do Rio Doce⁴. Para o superintendente da Riocell⁵, "a ecologia entrou na área comercial". O presidente da Belgo Mineira vai mais longe ao afirmar que a movimentação dos grupos de pressão no exterior podem atrapalhar as exportações brasileiras "Os partidos verdes estão ganhando mais e mais cadeiras nos parlamentos, e não vai demorar para que comecem a voltar-se contra nós", diz ele, "Por isso, mais vale investir que ter a imagem estragada, pois o custo para recuperá-la será mais alto"⁶.

Portanto, a "consciência ecológica do empresariado brasileiro" está sendo gerada de fora para dentro e visa o processo de reprodução do capital baseado nos rumos de desenvolvimento imposto pelo BIRD defendendo e ampliando a ordem econômica liberal, facilitando os investimentos estrangeiros.

Mas a ecologia abre um outro filão de lucro: os grandes projetos ecológicos com a "Disneylândia Ecológica" a Aquópolis promovida por 38 empresas lideradas pela Mitsubishi em Manaus ou ainda as "vilas verdes" que a rede Club Mediterranée pretende instalar na Amazônia e Pantanal.

Na realidade o discurso ecológico tenta criar a identidade entre países reduzindo/eliminando as diferenças entre povos/lugares, criando uma nova nacionalidade.

Para Castells⁷, a ideologia do meio ambiente pode ser considerada como a versão mais acabada e mais planetária das ideologias do urbano na medida em que engloba todas as situações sociais e todos os meios para tratá-los segundo os termos de uma só dicotomia (Homem-Natureza) que se concebe em termos estritamente biológicos e físicos. Para o autor, a aparência política, humanitária e universal do meio ambiente culmina o processo de naturalização das contradições sociais (grifo meu), tese básica da cultura urbana.

Castells relaciona a ideologia do meio ambiente com a do urbano na medida em que a urbanização, consequência do progresso técnico, é interpretada como artificial, anti-natural e, por conseguinte, o que está na base dos desequilíbrios sociais, são em grande parte, expressões de desequilíbrios biológicos.

Na realidade, essa "volta à natureza" abre grandes perspectivas imobiliárias de um lado e de outro permite a venda maciça de produtos anti-poluentes.

O discurso ecológico apresenta uma concepção idealizada da natureza contraposta à cidade e inventando o anti-urbano. Isso vem a calhar. Como o processo de reprodução do espaço urbano, fundamentalmente nas metrópoles, tem quase eliminado as áreas vazias e esgotado o processo de verticalização, os empreendedores imobiliários vêm cada vez mais sendo obrigados a limitarem suas ações às áreas periféricas à mancha urbana, com isso tem surgido o "subúrbio jardim", os loteamentos de alto luxo. Como convencer uma parcela da população de alta renda a abandonar a metrópole, aumentar seus custos e tempo de deslocamento, bem como seus gastos para manutenção da residência? "Vendendo o Verde". Criando a necessidade do consumo de espaços verdes, de uma vida saudável longe da poluição e embolsando lucros fantásticos, pois as terras são adquiridas de agricultores e proprietários rurais por hectare, para em seguida, serem loteadas e vendidas por m².

(3) Henri Lefebvre. La production de l'espace Editions Anthropos, Paris, 1986, p. 478.

(4) Revista Exame, idem.

(5) Revista Exame, ibidem.

(6) Revista Exame, ibidem.

(7) Manuel Castells, sociologia del espacio industrial, cap. V. Editorial Ayuso, Madri, 1975.

Utilizam-se da "preocupação ecológica", da ideologia anti-urbana como artifício.

3. A SOCIEDADE URBANA

A sociedade urbana coloca-nos diante da perspectiva do processo de socialização da sociedade através da urbanização completa da sociedade. Para Lefbvre⁸ a era industrial destrói o original, as particularidades e os lugares substituindo a obra pelo produto, que por todos os meios tende para o homogêneo em direção ao idêntico e análogo. O urbanismo é um meio de racionalidade industrial (aquela da empresa como organização e restituição) para se prolongar e continuar dominando a prática urbana como a indústria dominou a natureza.

A crise urbana é produto da atomização da sociedade que se dissocia em indivíduos e fragmentos. A totalidade parece fugir, o urbano se reproduz eliminando o sentido do habitar – do cidadão inserido numa comunidade – eliminando-se os pontos da encontro/reencontro, o lúdico, o lugar de festa. Os contatos se diluem. A distância entre lugar de moradia/trabalho aumenta os deslocamentos. Os congestionamentos aumentam enormemente o tempo de deslocamento, cada vez mais a vida dos cidadãos é consumida pelo tempo de trabalho/tempo de transporte.

As condições de vida se deterioram. Mas não por causa única da poluição. Mas devido as relações sociais inerentes ao processo de reprodução do espaço urbano, que transforma a cidade cada vez mais em valor de troca em detrimento do valor de uso. A cidade perde o sentido de obra e é vendida aos pedaços.

O que está posto é que as relações de produção capitalista degradam a natureza material e a natureza humana. De um lado o habitar, o sentido da vida plena, o direito a cidade. De outro, a perda dos sentidos do homem, como atributo humano, como elemento através do qual o homem se afirma no mundo objetivo.

A nova aliança do humano com a natureza, para Lefbvre⁹, não se concretiza. O conflito se agrava ao invés de resolver-se. Na sociedade virtual o ser humano social deveria enfim gozar da natureza e da sua própria natureza no seio da segunda natureza, incluindo a primeira.

No limite pode-se levantar questões: a questão ecológica não seria um desvio no caminho de transformação da sociedade que suporia a posse e gestão coletiva do espaço? Até que ponto o debate ecológico tal como ocorre hoje não se colocaria como uma **necessidade histórica** – uma consequência do processo de acumulação aberta pela terceira revolução industrial?

(8) Henry Lefbvre. *Le manifeste différentialiste*. p. 127-128. Gallimard. Paris, 1970.

(9) Henry Lefbvre. *Une pensée devenue monde*. p. 184. Ed. Fayard. Paris, 1980.